

Textos para Discussão

TD-IEA n.29/2011

**O USO DO TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE
ANÁLISE PARA COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS
DA AGRICULTURA EM REGIÕES METROPOLITANAS¹**

**THE USE OF TERRITORY AS A CATEGORY OF
ANALYSIS FOR UNDERSTANDING THE DYNAMICS
OF AGRICULTURE IN METROPOLITAN AREAS¹**

Soraia de Fátima Ramos²

Junho 2011

¹Uma parte das reflexões aqui apresentadas foi exposta em palestra intitulada *Sistemas Técnicos Agrícolas* no Colóquio Diálogos sobre a agricultura familiar metropolitana e temas transversais, realizado no dia 10 de março de 2011, na Sala de Seminários do Instituto de Economia Agrícola, como parte das atividades do projeto de pesquisa *Caracterização da agricultura familiar metropolitana: uma tipologia das experiências de associativismo e cooperativismo em municípios selecionados da RMSP* realizado em parceria com o Instituto de Botânica e CATI. Registrado no CCTC: 03/2011.

²Geógrafa, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (IEA/APTA/SAA-SP).



RESUMO: Este artigo tem o propósito de estimular a reflexão e o debate interdisciplinar sobre os desafios e as oportunidades para a análise dos potenciais da agricultura urbana e periurbana (AUP) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Traz especificamente duas grandes preocupações: a) explicitar, sob uma perspectiva do *uso do território*, uma das possíveis opções de método geográfico para a análise das dinâmicas sócio-espaciais da agricultura familiar em regiões metropolitanas; b) oferecer, a partir do instrumental teórico-metodológico da Geografia, elementos que possam dar subsídios ao poder público quando da elaboração de políticas territoriais visando atender as necessidades de um ordenamento territorial urbano que beneficie um maior número de pessoas.

Palavras-chave: uso do território, agricultura familiar metropolitana, dinâmicas espaciais.

ABSTRACT: This article aims to stimulate reflection and interdisciplinary debate on the challenges and opportunities of analyzing the potential of urban and peri-urban agriculture in São Paulo's Metropolitan Region. It specifically raises two concerns: a) to explain, from the perspective of territory utilization, the possible options of geographic analysis methods for examining the socio-spatial dynamics of family farming in metropolitan regions; b) to offer, using the theoretical and methodological framework of geography, elements that can provide incentives to the state when drawing up territorial policies to meet urban land-use needs that benefit the greatest number of people.

Key-words: land use, metropolitan family farming, spatial dynamics.

1 - APRESENTAÇÃO

“É preciso interpretar o mundo do ponto de vista geográfico para haver o debate interdisciplinar”³ (Milton Santos, 1998)

O artigo tem por foco mostrar como a ciência geográfica, em decorrência das próprias transformações no mundo, ganhou vigor desde meados do século passado, oferecendo novos instrumentais teórico-metodológicos capazes de captar e interpretar as dinâmicas subjacentes à complexa vida de relações existentes nas metrópoles nesta contemporaneidade. Para tanto, optou-se por escolher um referencial de método - explicitando alguns conceitos e categorias - entre outros possíveis caminhos a ser seguidos no interior da própria Geografia. Parte-se do pressuposto de que a escolha de um método é o que permite melhor conhecer e explicar o presente visando uma maior consciência em relação às possibilidades para o futuro.

Deste modo, esta investigação se utilizará de considerações a respeito do objeto de estudo da Geografia, de análises e informações sobre a agricultura urbana, periurbana ou metropolitana, mas, centrando-se em apresentar, principalmente, alguns tópicos da proposta teórico-metodológica elaborada pelo geógrafo Milton Santos (1926-2001), o qual buscou edificar e fortalecer uma geografia genuinamente brasileira. A idéia é que esse arcabouço teórico nos consentirá analisar e compreender a complexidade das regiões metropolitanas, enquanto Totalidade⁴ que abriga usos diferenciados e, na maioria das vezes, antagônicos de seu território.

Uma das expressões espaciais das metrópoles são a expansão e o adensamento de manchas urbanas, com suas respectivas áreas construídas e pavimentadas. Entretanto, nota-se que existe, também, um movimento ascendente preocupado em garantir a permanência e/ou aumento de áreas verdes nas grandes cidades, inquietação relacionada a diferentes visões de mundo, e uma variedade de correntes de pensamento teórico e prático, envolvendo questões sobre a preservação dos mananciais, a saúde e a melhoria da qualidade de vida como um todo.

De acordo com isto, levanta-se aqui a hipótese de que seja grande o potencial para impulsionar *usos agrícolas do território* socialmente justos e mais harmônicos com a dinâmica da natureza quando associados à produção orgânica, aos sistemas agroflorestais e, principalmente, com os princípios da agroecologia. No entanto, tal

³Milton Santos em aula do curso de pós-graduação no Depto de Geografia, FFLCH, USP, 24/08/1998.

⁴O sociólogo Lucien Goldmann mostrou como o conceito de Totalidade está no centro e no fundamento de todo pensamento dialético, onde: “a) as partes só podem ser compreendidas através do conhecimento do conjunto a que pertencem e, inversamente, o conjunto pelo conhecimento das partes e suas relações; b) os conjuntos devem ser seccionados nos diferentes estágios de pesquisa, de modo a obter-se, em níveis cada vez mais amplos, estruturas coerentes possuindo significação própria” (GOLDMANN, 1979: p. 176)





potencial de *uso do território* no Cinturão Verde de São Paulo, particularmente, se depara com uma variedade de outros usos agrícolas historicamente herdados. Há no presente, nas proximidades dessa grande concentração urbana que é a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a persistência de práticas de agricultura convencional, a chamada agricultura científica baseada no modelo da Revolução Verde, onde as estufas hidropônicas são uma das marcas da paisagem.

Com este artigo pretende-se contribuir para enriquecer os olhares e os debates multi e interdisciplinares realizados entre os geógrafos e profissionais de outros campos do saber como: educadores, urbanistas, planejadores, sociólogos e economistas, atentos aos desafios de entender o fato metropolitano de modo abrangente. E, possivelmente, cooperar com a elaboração de alternativas de políticas públicas para que a vida nas metrópoles seja pautada por um ordenamento territorial que considere as necessidades, opiniões e anseios de um maior número de pessoas.

Assim, por meio da orientação de método selecionada busca-se apresentar e enfatizar, aos não-geógrafos, como a Geografia amadureceu enquanto ciência humana, tornado-se apta a oferecer um instrumental de investigação útil à compreensão do significado dos fenômenos geográficos (naturais e sociais) vistos a partir de suas inter-relações e em consonância com o modelo de sociedade estabelecida. E, mais do que isto, ajudar a pensar sobre o futuro que gostaríamos de construir.

2 - GEOGRAFIA E OBJETO DE ESTUDO: controvérsias e avanços

Por muito tempo a Geografia foi compreendida como uma ciência descritiva, associada apenas a localização e descrição isolada de fenômenos da natureza, tais como o clima, a vegetação, o relevo ou a hidrografia, e sem interfaces com o modo de organização da sociedade e suas respectivas conseqüências sobre o espaço geográfico⁵.

Neste sentido há um equívoco, que ainda persiste no presente, em pensar que caberia aos geógrafos a pura e simples enumeração, descrição e representação cartográfica (mapas) dos caracteres do ambiente natural. Os avanços na construção desta disciplina concederam-lhe oferecer mais do que uma exposição desconexa dos recursos naturais, pois esta ciência passou a indicar-lhes seu conteúdo social. Em outras palavras, os geógrafos orientaram suas pesquisas com o objetivo de mostrar as várias particularidades nas relações homem-natureza, bem como as inúmeras conseqüências das chamadas ações antrópicas.

⁵Há inúmeros trabalhos importantes na Geografia brasileira que resgatam a história do pensamento geográfico, desde a sua formação, até a institucionalização desta como disciplina científica, bem como seus desdobramentos posteriores. Consulte por exemplo, entre outros estudos dos mesmos autores: "Por uma Geografia Nova" (Santos, 1986); "Geografia: pequena história crítica" (Moraes, 1984); "O que é Geografia" (Moreira, 1994).



“Não é possível fazer uma boa administração em escala pública ou privada, sem uma sólida cultura geográfica ou sem o concurso de um geógrafo. Mas a maioria dos homens chamados a tomar responsabilidades não conheceram a Geografia senão a forma elementar de uma geografia escolar descritiva e enumerativa e ignoram o que, na medida das suas necessidades presentes, a geografia lhes pode fornecer.” (Prefácio do livro *A Geografia Ativa*, 1975)

Contudo, e felizmente, os geógrafos avançariam satisfatoriamente na delimitação de seu objeto de estudo ao focarem, em décadas recentes, não apenas a explicação das relações homem-natureza, mas, sobretudo, priorizaram oferecer interpretações dos diferentes fenômenos espaciais (físicos e humanos) como decorrência das relações sociais que se dão ao longo do tempo e que incidem, particularmente, em cada fração do espaço planetário.

“A geografia aparece assim como uma ciência do espaço, em função do que ele oferece ou fornece aos homens e como uma ciência da conjuntura e do resultado das sucessões de conjunturas.” (GEORGE, 1975: 16)

Para a corrente de geógrafos marxistas franceses de meados do século passado, a diferença entre a Geografia em relação às ciências da natureza seria, então, o *“conhecimento das conseqüências e das correlações de fenômenos mais que dos fenômenos propriamente ditos”* (GEORGE, 1975: 16). Para tanto, a idéia de situação estaria no cerne do método geográfico e da explicação dos elementos e processos constitutivos da dinâmica espacial:

“...Uma situação é a resultante, num dado momento – que é, por definição, o momento presente, em geografia – de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das seqüelas das situações anteriores. Esta situação é fundamentalmente caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-limites de margens inocupadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado.

A situação se define, antes de tudo, pela relatividade das relações entre as ações humanas e o meio” (GEORGE, 1975: 20-21).



No Brasil, a ruptura em relação ao pensamento geográfico tradicional se efetivou a partir do final dos anos de 1970 com a chamada *geografia crítica*⁶. A antiga interpretação restritiva do conteúdo espacial como sinônimo de suporte material (natural e inerte), ou em outras palavras, como ‘palco’ para o acontecimento da civilização humana, foi suplantado por uma nova concepção de espaço, correspondendo ao produto sempre inacabado das dinâmicas sociais. O espaço geográfico passa a ser entendido como a natureza modificada pelo trabalho humano. O geógrafo Milton Santos (1986), por exemplo, mostrou a importância de se considerar o espaço geográfico como uma das instâncias da sociedade, como se mostrará mais adiante.

Por outra parte, há outra idéia temerária em voga e que diz respeito à noção de desterritorialização⁷. Certos autores ao analisarem o presente partem do princípio de que, no período da globalização econômica, o espaço físico, o território, perdeu sua importância. No entanto, ao contrário das perspectivas e discursos que relativizam a importância do espaço no período atual, nos colocamos ao lado daqueles que reforçam o valor dos territórios. As singularidades e virtualidades dos lugares são, não apenas, fundamentais a realização do capital, mas, capazes de influenciar e definir a realização de certas atividades humanas (culturais, econômicas, políticas); ao mesmo tempo em que, num movimento dialético, os subespaços vão sendo transformados em razão das escolhas que a sociedade faz, e que modifica sucessivamente o chamado meio natural pelo seu uso social.

No tocante às pesquisas sobre o espaço rural e a atividade econômica agropecuária⁸, uma visão parcial a respeito dos estudos geográficos restringia essas investigações para tão somente aos aspectos quantitativos e descritivos relacionados, por exemplo, à distribuição dos cultivos ou tipos de sistemas de produção. De forma antagônica, a chamada *geografia crítica* trouxe para o centro das análises uma perspectiva mais abrangente ao considerar o conteúdo social que envolve o campo, denunciando a apropriação desigual do território pelos diferentes segmentos sociais. E, de igual modo, desvendando a importância e os impactos dos movimentos sociais, com as lutas de resistência por parte dos camponeses, quilombolas e indígenas em permanecer na terra (OLIVEIRA, 1997, 2001).

⁶Para uma retrospectiva do processo de renovação da geografia brasileira de meados do século passado, ver o estudo de Armando C. da Silva “A Renovação Geográfica no Brasil 1976-83.

⁷Para uma visão crítica sobre as diferentes abordagens do conceito de território nas Ciências Humanas e a questão da desterritorialização sob a perspectiva geográfica veja o trabalho do professor da UFF Rogério Hasbaert “O Mito da desterritorialização”, publicado no Rio de Janeiro pela Editora Bertrand Brasil. Um resumo de seu pensamento pode ser conferido em *Íntegra: ‘Novas territorialidades’*, conferência de 2009 no Programa Café Filosófico da TV Cultura: <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogerio-haesbaert-da-costa/>.

⁸Há um estudo de Elizabeth Alves e Nogueira (1998) que trata de pensar essa questão espacial em sua interface com a economia rural.



Acreditamos que uma delimitação do objeto de estudo e temáticas associadas a uma Geografia da Agricultura, ou Agrária, deve levar em consideração, por exemplo, o que nos falava Daniel Faucher:

“... a natureza dos produtos, as condições econômicas de sua obtenção, o modo de vida dos agricultores, as características e as transformações da paisagem rural constituem seu objeto particular” (Faucher citado por DINIZ, 1986)

Para o século XXI, uma abordagem renovada da geografia em relação às questões da problemática da agricultura inclui, assim, as análises das pré-condições e as conseqüências de variáveis ligadas às dimensões: política, econômica, cultural e espacial, as quais envolvem e determinam conjuntamente as dinâmicas dos subespaços com funções agrícolas.

A seguir, este artigo se propõe indicar alguns pontos de uma das propostas de método da Geografia e que favorecerá a compreensão dos processos que envolvem o movimento incessante da produção do espaço geográfico.

3 - O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: sistema de objetos e sistema de ações

“O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS: 1996, p. 88)

Tendo por orientação teórico-metodológica alguns dos trabalhos elaborados por Milton Santos, apresenta-se sucintamente um dos pilares do sistema de conceitos propostos por este geógrafo. Trata-se de oferecer uma breve visão dessa teoria maior com o intuito de indicar a sua aplicabilidade quando da análise do real. Assim, será a partir do entendimento da dinâmica da agricultura urbana e periurbana (AUP) em áreas metropolitanas que buscaremos construir uma teoria menor atrelada aos princípios daquela sugerida pelo autor, o que será tratado mais adiante.

Um projeto de reflexão permanente, inspirado no diálogo com diversos outros campos do saber, foi o que guiou Milton Santos na organização de um sistema de idéias e de conceitos, culminando na apresentação de uma teoria geral do espaço humano, sistematizado em um de seus últimos trabalhos publicado em 1995, o livro *A natureza do espaço*. Permeando o centro da proposta teórica de Milton estava a discussão entorno da definição do objeto de estudo da Geografia, isto é, o espaço geográfico.

Compreendendo o espaço como a dinâmica da sociedade em movimento, inicialmente, o autor utilizava para a sua explicação um par de conceitos: a *configuração*



territorial mais as *relações sociais* (Santos, 1985). Em trabalhos posteriores, o autor aprimora a sua proposta e passa a definir o espaço como um conjunto de *sistema de objetos* e de *sistema de ações* (Santos: 1996). Para Milton Santos, o espaço é o resultado sempre provisório da relação recíproca e interdependente entre a materialidade (natural e artificial) e as ações humanas, observados a partir de um determinado recorte espaço-temporal: “Os objetos não tem realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se o vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos” (Santos, 1996: 51).

Por outra parte, o autor diferencia a categoria e/ou conceito de espaço em relação à noção de *paisagem*. Esta se constituiria numa porção da configuração territorial, incluindo formas-objetos de vários períodos, captada num dado instante. Em contrapartida o espaço, enquanto fruto da dinâmica social é sempre um processo presente. Assim, para o autor, “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (Santos, 1996: p. 83)⁹, isto é, o espaço se define a partir dos usos e do valor que a sociedade atribui a cada fração da paisagem. A qualidade que a sociedade concede a certas parcelas do território corresponde às *formas-conteúdo*, outro conceito sugerido pelo autor (Santos, 1985).

O espaço, na teoria de Milton Santos, é compreendido em sua Totalidade levando em conta todos os elementos e as inter-relações entre os fenômenos. Daí o autor utilizar, com base no economista François Perroux, o conceito de *espaço banal* (Santos, 2000, 2005) para expressar sua preocupação em propor uma definição de espaço geográfico englobando a dinâmica que inclui a tudo:

... *Espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar a tarefa da análise*” (Santos et. al., 2000)

⁹Ainda segundo Santos (1996: p. 83) a respeito dos objetos inseridos nas paisagens “... esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente.”



A compreensão do espaço geográfico no século XXI pressupõe o entendimento da história do presente, isto é, da chamada globalização. Daí ser fundamental, segundo Milton Santos, um recorte espaço-temporal, ou em outras palavras, uma proposta de periodização para o exame das mudanças que se dão nos territórios ao longo do tempo. O espaço tem, pois, um conteúdo dinâmico, sua compreensão se dará por meio da análise dos processos. Para cada momento da história, isto é, para identificar as diferenças entre cada período, é necessário captar as variáveis-chaves (Santos, 1996). E, com base no sociólogo Jacques Ellul, Milton Santos reforça a idéia de que, a partir do *fenômeno técnico* - entendido como as ações políticas mais o conjunto sistêmico das técnicas funcionando inter-relacionadas - é possível examinar as transformações que se dão sobre o território ao longo da história humana:

“As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albos da história até a época atual.” (Santos, 1996: p. 137)

Assim, é por meio do *fenômeno técnico* (a mediação na relação homem e natureza) que a Geografia obtém a empiricização do tempo, isto é, a qualificação da materialidade. Daí o autor classificar a Geografia como uma ciência que tem o sentido de ser uma ‘filosofia das técnicas’ (Santos, 1996).

Em seus trabalhos Milton afirma que, a história corresponde à sucessão de sistemas técnicos. A particularidade das técnicas nos dias atuais é ser o resultado de uma produção científica, isto é, a chamada tecnociência. Destaca, sobretudo, as especificidades das técnicas no presente, são elas: a) idéia de unicidade técnica, referindo-se sobre o domínio das técnicas hegemônicas; b) a convergência dos momentos, isto é, como o acontecer local se torna global em razão do avanço das técnicas da informação; c) como a mais valia global se apropria das conquistas técnicas; d) a cognoscibilidade do planeta, enquanto possibilidade de conhecimento real de todos os lugares do mundo (Santos, 1996).

O conhecimento do espaço geográfico ocorre, conforme propõe o autor, a partir do exame dos usos do território. Neste sentido, o espaço geográfico é, também, sinônimo do conceito de *uso do território*. No período da globalização, os usos sociais do espaço são cada vez mais imbuídos de ciência, técnica e informação. Essa particularidade conduz a maiores densidades no território, fruto de modernizações do presente e, para tanto, o autor desenvolve o conceito de *meio técnico-científico-informacional*



(Santos,1996). Contudo, esses novos atributos e característicos dos territórios são distribuídos desigualmente tanto entre países como no interior de um mesmo país. No capitalismo esse *meio técnico-científico-informacional* é espacialmente seletivo e socialmente excludente.

A atualidade e a validade de qualquer teoria científica ocorrem quando aplicada a investigação da realidade. O referencial teórico-metodológico descrito brevemente acima tem suscitado diversas experiências empregadas à análise da agricultura brasileira¹⁰. Neste sentido, e como ilustração, se destaca aqui dois desses estudos.

A tese de doutorado de Denise Elias (1996), por exemplo, é um dos primeiros trabalhos empíricos que se utilizou da base teórica de Milton Santos para caracterizar as modernizações da agropecuária paulista na região de Ribeirão Preto do Estado. A autora nos conduz na busca da significação do espaço geográfico na fase histórica atual, apoiado na aceleração contemporânea e mundialização da economia. Denise Elias¹¹ mostra os impactos da globalização sobre o território, particularmente as transformações sobre o espaço urbano em razão da agricultura e pecuária. Revela as características da difusão do *meio-técnico-científico-informacional*, um conceito central na obra de Milton Santos, e aborda a idéia de *especialização regional* da produção agrícola, examinando as especificidades da organização dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja.

“A modernização da agropecuária da Região de Ribeirão Preto implicou em um processo de utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, com o intuito de aumentar a intensidade e o ritmo do trabalho e, conseqüentemente, aumentar a velocidade de rotação do capital das empresas agrícolas e agroindustriais” (ELIAS, 1996).

Apoiada nos *conceitos de circuito espacial de produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1985) a autora aponta para as novas atividades e relações que surgem no entorno imediato da área estudada, destacando o papel do Estado e a constituição de

¹⁰Sob orientação de Maria Adélia Aparecida de Souza veja, sobretudo, a tese de doutorado de Ricardo Abid Castillo (1999): “Sistemas Orbitais e Uso do Território: Integração eletrônica e Conhecimento digital do Território Brasileiro”, que trata da *agricultura de precisão*. Em anos recentes, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geociências da Unicamp, há vários estudos relacionando a temática da agricultura com a teoria de Milton Santos. Veja-se, por exemplo, de Samuel Frederico: “Sistemas De Movimentos No Território Brasileiro: Os Novos Circuitos Espaciais Produtivos Da Soja”; de Fabiano Biudes: “Tecnologias Da Informação E Novos Usos Do Território Brasileiro. Uma Análise A Partir Do Zoneamento Agrícola De Riscos Climáticos Para A Soja”; de Márcio Roberto Toledo: “Circuitos Espaciais Da Soja, Da Laranja E Do Cacau No Brasil: Uma Nota Sobre O Papel Da Cargill No Uso Corporativo Do Território Brasileiro”; e de Vitor Pires Vencovsky: “Sistema Ferroviário E O Uso Do Território Brasileiro: Uma Análise Do Movimento De Produtos Agrícolas”.

¹¹Atualmente Denise Elias é coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários, da Universidade Estadual do Ceará, onde leciona. A sua tese foi revisada e publicada como livro: *Globalização e Agricultura*, em São Paulo, EDUSP, em 2003. É, também, organizadora do livro “Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais”, Fortaleza, BNB, 2006.



nova base material e imaterial. Conclui que a região de Ribeirão Preto é um exemplo do Brasil agrícola moderno, onde a urbanização decorreu em função dos avanços da modernização agropecuária.

Outro trabalho que partiu do mesmo referencial teórico se voltou à análise das peculiaridades do *uso agrícola* nos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) na região semi-árida nordestina (Ramos, 2002, 2006). A observação das modernizações no campo, nesta porção do Brasil, como resultado do estabelecimento da fruticultura irrigada permitiu apreender o espaço como este conjunto indissociável de *sistema de objetos e sistema de ações* (Santos, 1996). Para tanto, as variáveis elementares para explicar esta parcela do país foram identificados como: a ação do Estado com suas políticas públicas norteadoras para a criação dos perímetros públicos irrigados; e, a implantação da nova materialidade definida, por exemplo, a partir da construção de dutos e canais de irrigação, modernização do sistema de transportes e, principalmente, a transformação da paisagem natural da caatinga em áreas de cultivo de variedades exóticas, inclusive de clima temperado como é o caso da uva de mesa. A expansão seletiva desse *meio técnico-científico-informacional* pelo território brasileiro, exemplificada em Petrolina e Juazeiro, pautou-se pelo predomínio e consolidação de uma agricultura científica, resultado de escolhas políticas para a adoção de técnicas hegemônicas (Revolução Verde), as quais garantem um uso agrícola voltado à produção de frutas destinadas a consumidores distantes, essencialmente do mercado internacional (Ramos, 2002, 2006).

Paralelamente, de forma latente ou em vigor, existe uma diversidade enorme de outros *usos agrícolas do território* brasileiro com combinações peculiares de ações e de objetos, os quais definem o espaço geográfico local. Reafirma-se que para uma investigação das especificidades, virtualidades e significado dos lugares hoje, deve-se partir do espaço visto como Totalidade. Isto inclui o exame das interações e interdependência funcional dinâmica entre todos os elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ecológico e infra-estruturas (Santos, 1985). As formas sócio-espaciais constituídas na escala local podem ser entendidas como resultado dos processos de aceitação ou de resistência às imposições da lógica de produção capitalista hegemônica em cada território particular.

4 - AS REGIÕES URBANAS E AS REGIÕES AGRÍCOLAS: o uso do território brasileiro na contemporaneidade

Os desdobramentos e particularidades locais em relação ao avanço do sistema capitalista pelo mundo têm implicado na possibilidade cada vez maior da coexistência



de formas diferenciadas em relação à utilização e domínio sobre uma mesma fração de território. Assim, eleger critérios que auxiliem a distinguir as *áreas urbanas* de *áreas rurais* torna-se uma árdua tarefa para o conhecimento da realidade brasileira¹².

Um olhar crítico em direção a complexidade das atividades econômicas presentes em certas parcelas do território e, daí traçar uma possível delimitação geográfica utilizando-se por critério o uso e ocupação do solo em razão de práticas agrícolas, deve considerar inúmeros aspectos que abrangem o intrincado *uso do território* nos dias atuais. Neste sentido, é preciso atentar para o fato de que com as transformações capitalistas a dicotomia rural-urbano se realiza em novas bases:

“O padrão de desenvolvimento capitalista recente trouxe, em seu bojo, novas condições: ao mesmo tempo em que a globalização da economia imprimiu a homogeneização de territórios, culturas, sistemas éticos e sociais, trouxe à tona a importância do individual e do fragmentário, valorizando a diferenciação espacial. Dentro de uma concepção de totalidade do processo de produção do espaço, o urbano e o rural, longe de constituírem uma dicotomia, são vistos como configurações diferenciadas – pela distinção do uso do solo, padrões de ocupação e requisitos de infra-estrutura distintos – dessa totalidade” (Scussel, 2002: 43).

Há, pois, uma diversidade de práticas agrícolas em áreas urbanizadas, inclusive em áreas de alta concentração urbana como são as metrópoles; e, também, existem intensos processos de urbanização em municípios com funções predominantemente rurais. Essas novas características, as quais definem os diferentes subespaços do território brasileiro, deveria ser compreendida segundo Milton Santos (1993: 67) a partir do critério de distinção das relações primordiais que caracterizam cada situação em particular:

“Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no País, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relação complexas e no segundo as atividades mais diretamente produtivas.” (SANTOS, 1993: p.9)

¹²Uma reflexão crítica bastante oportuna acerca dos debates relativos à idéia de urbanização completa da sociedade, e as atuais contradições do rural-urbano pode ser encontrado em trabalhos de José Eli da Veiga, para quem *“Não é preciso, pois, muitas palavras para concluir que o peso relativo da agropecuária (ou do ‘campo’) não pode ser o critério da diferença territorial entre espaço urbano e espaço rural”* (VEIGA, 2004). Para consulta de outros textos do autor veja a página na internet: <http://www.zeeli.pro.br/>.



Deste modo, se um dos aspectos do modo de produção capitalista é estar baseado, sobretudo, na expansão do fenômeno urbano, é necessário ponderar sobre os critérios que classificam e distinguem o que seja o rural e o urbano. Para Santos (1993) a face desta nova configuração espacial incluiria os *espaços agrícolas* no interior de áreas densamente urbanizadas (regiões metropolitanas) e, por outra parte, haveria a tendência para a expansão de *espaços urbanizados* no interior das chamadas *áreas rurais*:

... Simplesmente, não mais se trataria de 'regiões rurais' e de 'cidades'. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. ... Quanto às cidades, aquelas cujas dimensões são maiores, utilizam parte dos terrenos vazios dentro da aglomeração ou em suas proximidades com atividades agrícolas frequentemente modernas e grandemente destinadas ao consumo da respectiva população. As regiões metropolitanas, oficiais ou de fato, são o melhor exemplo desse fenômeno. Teríamos, desse modo, no primeiro caso, áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e, no segundo caso, áreas rurais adaptadas a demandas urbanas."
(SANTOS, 1993: p. 65)

Contudo, como se verá a seguir, a adoção de políticas públicas com vistas ao planejamento territorial de municípios, ou do conjunto destes como é o caso daqueles inseridos na RMSP, não tem acompanhado com a mesma velocidade as mudanças nos usos de seus territórios. Neste sentido, é fundamental e seria bastante oportuno se o poder público investisse atenção especial na produção de informações oficiais e públicas, viabilizando a realização periódica de estudos e pesquisas para coleta de dados e atualização de levantamentos estatísticos visando à compreensão da dinâmica metropolitana.

5 - O USO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP)

No Brasil, desde meados das décadas de cinquenta e sessenta do século XX tem-se a expansão do fenômeno da urbanização, compreendido como a intensificação do crescimento populacional nas cidades, paralelo ao aumento da demanda por serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos, tais como: acesso a água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgotos sanitários, bem como o atendimento de necessidade por transportes, saúde, moradia, educação, equipamentos de lazer, entre outros. Uma das marcas da urbanização está o crescimento dos núcleos urbanos e o processo de



conurbação entre municípios. Daí que, na década de 1970, com o objetivo de melhorar a organização e o planejamento integrado visando o bem comum da população de municípios com fortes vínculos econômicos e sociais, foram criadas pelo governo federal, as primeiras Regiões Metropolitanas (RMs): São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza (Lei Complementar nº 14, de 08/06/1973). As RMs são compreendidas como um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma unidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum (São Paulo, 2011).

A Constituição Federal de 1988¹³ autoriza aos Estados Federados facultar sobre o ordenamento de seus territórios instituindo regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microregiões. Assim, há atualmente no estado de São Paulo três Regiões Metropolitanas: Região Metropolitana de São Paulo¹⁴, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Campinas.

Segundo dados da Emplasa¹⁵ a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é constituída por 39 municípios¹⁶ configurando-se como o maior pólo de riqueza nacional, sendo que 2.209 km² correspondem à área urbanizada do total de 8.051 km². São Paulo é a *metrópole onipresente* para o país devido ao seu papel de comando e difusão de diversas formas de presença do capital na sociedade, o que torna o seu território sede de grandes empresas multinacionais (Santos, 1993: 54). Ela é o lugar das grandes corporações e oferta uma variedade de informações e serviços, os quais são dirigidos a públicos diversos¹⁷.

¹³No Capítulo III da Constituição Federal, em seu art. 25: "Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (BRASIL, 2011)

¹⁴A "Região Metropolitana da Grande São Paulo (assim chamada à época), foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. A RMSP foi institucionalizada pela Lei Complementar Estadual nº 94, de 29 de maio de 1974. Mas sua efetiva implantação só se deu através do Decreto Estadual nº 6.111, de 5 de maio de 1975, que regulamentou a Lei Complementar nº 94. Esse decreto criou e institucionalizou o denominado Sistema de Planejamento e Administração Metropolitana - Spam" http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2024&Itemid=201, acesso em 10 de abril de 2011.

¹⁵A Emplasa (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA) é um órgão da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1975 com o intuito de cuidar do planejamento da Grande São Paulo. Para maiores informações acesse: <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/>

¹⁶De acordo com a Emplasa a RMSP possui 39 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujuitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão e Vargem Grande Paulista (Emplasa, 2011).

¹⁷A metrópole detém a centralização do comando do grande capital privado: aqui estão as sedes brasileiras dos mais importantes complexos industriais, comerciais e principalmente financeiros, que controlam as atividades econômicas no País. Esses fenômenos fizeram surgir e condensar na Região Metropolitana uma



Atualmente, a RMSP abriga uma população de 19.847.879 habitantes, a quase metade do total do Estado de São Paulo que é de 41.674.409 habitantes (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2011). E, é considerada praticamente 99% urbanizada, ainda que uma investigação mais pormenorizada indique a necessidade de uma revisão dos critérios que definem o rural e o urbano. É notável a ocorrência de diversos conflitos, competições e disputas por diferentes feições de uso desse território.

O contraste que separa a diminuta camada social com renda elevada de uma parcela predominante da população com renda desfavorável (impedida muitas vezes de satisfazer as condições básicas de sobrevivência) reflete e implica, ao mesmo tempo, em usos diferenciados do território. Uma das conseqüências da valorização da propriedade da terra, dos imóveis urbanos, tem sido a especulação imobiliária. Esta, por sua vez, obriga parcelas da sociedade a buscarem residência em lugares cada vez mais distantes do eixo central e mais bem servido com equipamentos urbanos. Outro agravante da vida nas metrópoles diz respeito ao mercado de trabalho. As crescentes exigências por qualificação profissional têm levado muitos indivíduos a expectativas frustradas de inserção no mercado formal de trabalho.

Assim, a metrópole paulista inclui pessoas de diferentes origens e status social, as quais realizam uma infinidade de atividades econômicas, políticas e culturais. Disto resultam diversas paisagens locais, inclusive há a coexistência de áreas rurais com o fenômeno da urbanização. É o que ocorre de modo semelhante na Região Metropolitana de Porto Alegre:

“... a dinâmica metropolitana vai engendrando, ao longo do tempo, seu processo de apropriação do espaço, em que o ‘urbano’ vai se sobrepondo ao ‘rural’. A configuração resultante desse processo, no entanto, não compartimenta o espaço dessa forma dual – os usos mesclam-se, surgem formas alternativas de apropriação e transformação do território”
(Scussel, 2002: 66)

Entre as múltiplas possibilidades de manifestação da vida metropolitana estão, também, as práticas de agricultura urbana (hortas comunitárias, pequenos quintais cultivados) e periurbana (atividades agropecuárias nas regiões mais periféricas dos municípios) realizadas por pequenos produtores familiares. Voltar-se ao *uso agrícola do território* em áreas urbanas e periurbanas (AUP), pode ser uma das possíveis alternativas à população excluída, conforme ressalta MONTEIRO:

série de serviços sofisticados, definidos pela íntima dependência da circulação e transporte de informações: planejamento, publicidade, marketing, seguro, finanças e consultorias, entre outros” (Emplasa, 2011)



“Com o desenvolvimento da AUP, as preocupações que se fazem presentes estão relacionadas a questões sociais como: saúde, acesso à alimentação para as classes sociais sem renda e de baixa e iniciativas de comunidades para minorar o problema alimentar; questões econômicas como: o desemprego, a desigualdade de distribuição de renda e a necessidade de agregação de renda e geração ou manutenção de empregos; e as questões ambientais relacionadas à poluição da água, do ar, perda e contaminação de solo.” (MONTEIRO, 2002: 40)

Deve-se ter em mente que a AUP engloba a dinâmica dos vários elos da cadeia de produção. Assim, as atividades ligadas à agricultura urbana se referem às diferentes etapas da produção de alimentos: a produção agrícola e pecuária (hortaliças, plantas aromáticas e medicinais, frutíferas, plantas ornamentais, pequenos, médios e grandes animais, peixes, agro extrativismo); a produção de insumos (sementes, mudas, compostos, húmus), a transformação do produto (artesanatos, agroindústria familiar); a comercialização (comércio de produtos in natura ou transformados, orgânicos ou convencionais); o auto consumo, as trocas e doações; bem como, a prestação de serviços (pesquisa, capacitação, geração de tecnologias, assessorias, créditos locais) (Santandreu; Lovo, 2007).

A AUP realizada por pequenos agricultores familiares é um fenômeno social que traz intrínseco inúmeros efeitos favoráveis (diretos e indiretos) à vida nas metrópoles. Oferece além da capacidade de geração de renda a setores marginalizados do mercado formal, oportunidades para o exercício da cidadania ao promover práticas que supõe a cooperação e a solidariedade entre os membros da família e/ou vizinhança. Nesta direção, uma parte das experiências da AUP tem se pautado pela construção de agriculturas alternativas, sobretudo, aquelas de base ecológica centradas nas premissas do movimento agroecológico¹⁸. Ressalta-se que a abordagem científica da agroecologia não se restringe às técnicas e ao manejo da produção, pois envolve concepções que abarcam a importância da agricultura de base familiar e transformação na estrutura fundiária do país (Moreira, Carmo, 2004). E, ainda:

“... quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais

¹⁸Um resgate histórico sobre as características gerais do movimento em prol dos orgânicos e a construção da Articulação Paulista de Agroecologia pode ser conferido em dois artigos de CARVALHO (2004, 2005): “Construindo solidariedade no movimento orgânico” e “Construindo a Rede Paulista de Agroecologia”. E, para maiores detalhes sobre o conceito de Agroecologia consulte os trabalhos de MOREIRA e CARMO (2004): “Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável”; e CAPORAL e COSTABEBER (2004) “Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis”.



amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. Por esta razão, o complexo processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico.” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004: 13)

Deste modo, é preciso compreender, sobretudo, como surge essa agricultura urbana e periurbana, quais suas demandas por políticas e infra-estrutura, por exemplo, pois ao que tudo indica são muitos os desafios e potenciais.

“A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais, sendo necessário para sua prática à disposição individual, coletiva e a viabilização das condições necessárias para tanto. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia, e o ambiente.” (Santandreu; Lovo, 2007: 12)

Neste contexto, um caminho aos agricultores urbanos e periurbanos da RMSP seria inserir-se no mercado de produtos orgânicos, estimulado por um maior acesso a alimentos diversificados e de melhor qualidade, tanto para o auto-consumo como para o abastecimento do mercado local (escolas, restaurantes, hotéis, etc.) A produção de orgânicos vincula-se com a própria preservação do meio ambiente, pois se trata de sistema de produção em maior harmonia com a própria dinâmica da natureza. Soma-se a isto o fato desses produtos serem considerados mais saudáveis aos consumidores finais e um nicho de mercado em expansão no mundo todo. Há fortes indícios de que a tendência seja de crescimento do consumo de orgânicos no mundo todo. Contudo, em um importante estudo de CARVALHO (2004), essencial para compreensão das raízes e especificidades dos movimentos orgânicos e agroecológicos, a autora nos alerta para que:

“As evidências na Europa, nos Estados Unidos e, particularmente, em São Paulo sinalizam que a expansão do mercado orgânico vem acompanhada de pressões econômicas que reproduzem as tensões e os caminhos da produção convencional, associada à lógica capitalista de maximização do lucro. Na luta para preservação dos ideais do movimento, introduzir mecanismos de regulação social para garantir a justiça social torna-se uma das principais preocupações do movimento internacional.” (CARVALHO: 2004: 111)

CARVALHO (2004) nos faz pensar sobre a problemática da provável concentração do mercado de orgânicos, ainda que no Brasil haja *“forte associação entre agricultura*



familiar e orgânica” (CARVALHO, 2004: 107). E, a autora conclui que o principal desafio do movimento orgânico-agroecológico é *“estimular que a solidariedade seja o critério norteador das relações sociais e econômicas”* (CARVALHO, 2004: 116)

Retomando o que foi dito anteriormente, a aplicação do método geográfico para estudo da AUP deve, em primeiro lugar, partir do princípio de que esta parcela do território faz parte de uma Totalidade maior, a RMSP. Esta, por sua vez, deve ser analisada considerando as ações que se dão nas esferas estadual e federal, permeadas que estão pelas decisões tomadas à escala global. Mas, para o conhecimento das especificidades desta Totalidade à escala local é preciso decompor o Todo. Daí a escolha de um recorte espacial como as especificidades de municípios em região metropolitana aqui proposta. Como nos lembra Milton: *“A análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo”* (Santos, 1985)

Mais especificamente, torna-se necessário arrolar o sistema de ações encetado pelos múltiplos agentes sociais nas diferentes instâncias geográficas, as quais influenciam ou são influenciadas pela atividade da agricultura: as políticas públicas, deliberações dos agricultores, as práticas da sociedade civil organizada ou não e, as decisões das instituições privadas. Na escala municipal é de suma importância examinar as características da política agrícola/agrária inserida na Lei Orgânica Municipal, o Zoneamento e normas para uso, parcelamento e ocupação do solo do município e o Plano Diretor Municipal, entre outros instrumentos legais.

Há em vigor e/ou gestação inúmeras políticas voltadas à agricultura familiar, ao desenvolvimento territorial local e agricultura orgânica¹⁹ conformando um sistema de ações que incide sobre o desenvolvimento da agricultura metropolitana. Neste sentido, um importante trabalho que mostra um panorama e a importância das políticas de desenvolvimento local atreladas ao setor rural foi apresentado por Carvalho (2009), entre as políticas que podem favorecer o diálogo entre os diferentes agentes sociais atuantes na questão da agricultura urbana está os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

“A municipalização das Casas de Agricultura, braço municipal da Secretaria de Agricultura do Estado, assim como o Programa de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário

¹⁹*“A preocupação com a qualidade dos alimentos e com o elevado grau de ingestão de resíduos químicos, que pode ocorrer também na AUP; indica a necessidade de maior controle sobre o alimento a ser produzido e consumido. Esta situação trouxe também ao longo dos anos a busca e valorização dos produtos orgânicos, e tem destacado a produção da AU em diversos países ricos”* (MONTEIRO, 2002: 40)

estimularam a formação de Conselhos Municipais e a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento.” (CARVALHO, 2009: 41)

É igualmente indispensável arrolar o *sistema de objetos* presentes e que dão vida ao contexto desta agricultura urbana e periurbana. Para tanto, cabe uma investigação referente aos sistemas de produção presentes (convencional, orgânico, misto); os cultivos produzidos particularmente nas propriedades e, de modo geral, nos município da RMSP; as condições de infra-estrutura (vias de acesso e escoamento da produção, eletrificação rural, qualidade da água, serviço de tratamento do esgoto sanitário, etc.); bem como, o comércio e os serviços necessários à vida em comunidade (hospitais, postos de saúde, escolas, equipamentos de lazer, entre outros).

Torna-se necessário a efetivação de diagnósticos que ajudem a dar visibilidade ao *sistema de ações e sistema de objetos*, os quais refletem na atual convivência de inúmeras práticas agrícolas diferenciadas na RMSP. De modo a exemplificar a ocorrência desses distintos sistemas de produção agrícolas, no interior da metrópole, se conta com as informações pontuais obtidas no Encontro Intermunicipal de Agroecologia. O evento realizado em março de 2011, no município de Embu das Artes (SP), reuniu aproximadamente 300 pessoas, incluindo poder público, agentes sociais envolvidos com agroecologia, agricultoras e agricultores de municípios como: Embu, Embu-Guaçu, Diadema, Cotia, Suzano e Itapevi; além do próprio município de São Paulo (região de Parelheiros). Um destaque do evento foi a apresentação das ações do *Projeto Colhendo Sustentabilidade*, coordenado pela Sociedade Ecológica Amigos do Embu (SEAB), em parceria com a prefeitura municipal de Embu das Artes. A partir de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o município vem desenvolvendo desde o final de 2008 atividades voltadas à AUP com o objetivo de promover a

“inserção socioeconômica, o combate à fome, a segurança alimentar e nutricional, a educação socioambiental, o resgate do saber popular, a geração de trabalho e renda e a economia solidária com ênfase na produção orgânica/agroecológica. Todo processo educativo ocorre de forma participativa, cooperativa e comunitária possibilitando a subsistência das famílias envolvidas e comercialização do excedente” (SEAB, 2011).

Entende-se aqui que o Projeto Colhendo Sustentabilidade pode ser considerado como parte do *sistema de ações* da AUP da RMSP em que uma política de desenvolvimento territorial local busca inserir parcela da população marginalizada no circuito de produção e consumo metropolitano. Essa ação prática, que está





fundamentada na agroecologia e economia solidária, levaram algumas das pessoas que começaram a praticar a horticultura urbana apenas para o consumo próprio, a passar a vender seus produtos, também, para restaurantes e bancas na feira semanal no Parque Rizzo.

Apesar dos dados do último censo agropecuário do IBGE serem insuficientes para afirmar a importância da atividade agrícola em municípios da RMSP, uma observação atenta sobre essa paisagem metropolitana constata que há concomitantemente a agricultura hegemônica de base técnico-científica (dependente de uso de insumos químicos), uma pequena produção agrícola familiar desejosa por realizar a transição e/ou expandir o sistema de produção orgânico e, com potencial para incorporar os componentes da agroecologia. Entretanto, está entre as urgências para a organização dessa produção a aplicação de políticas públicas voltadas à educação ambiental, à assistência técnica, à capacitação em relação ao mercado de produtos agrícolas, bem como a oferta de crédito específico a pequena agricultura familiar urbana. Assim, é fundamental a garantia de espaços para troca de experiências entre os agricultores e o fortalecimento das parcerias de trabalho entre as várias instituições (poder público, ONGs, agricultores e instituições privadas).

Do exposto e para compreensão da agricultura urbana metropolitana é preciso encontrar as variáveis explicativas, as quais definem os fatores que originam e as consequências deste tipo de uso do território. Como bem ressaltou MONTEIRO²⁰:

“As condições necessárias para uma intervenção do Estado na AUP a favor da segurança alimentar compreenderiam: facilitar para as populações o acesso aos recursos (terra e água inclusive), além de medidas que viabilizassem sua existência, como realização de cursos junto às comunidades, extensão rural voltada à AUP e linha de microcrédito específica. Essas medidas contribuiriam para manter uma produção estável nessas áreas, além de garantir a participação da população afetada pela insegurança alimentar.” (MONTEIRO, 2002: 43)

²⁰A criação de ocupação e renda para a população pobre e a conseqüente melhoria de sua qualidade de vida constituem a grande contribuição econômica dessa agricultura urbana que pode ainda aumentar os recursos nas comunidades com a agregação de renda, que pode ser obtida da venda direta para a população moradora nos entornos da comunidade, ou por algum tipo de pré-processamento, como a produção de compotas. Para isso, o processo educativo incluindo a capacitação técnica é fundamental, compreendendo noções básicas de higiene, produção, processamento, comercialização e gerenciamento (MONTEIRO, 2002: 41).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, a percepção da significação e valorização de usos agrícolas em regiões metropolitanas, requer um esforço multidisciplinar que dê conta de sua interpretação visando apreender a diversidade de *situações*. Estas, por sua vez, oferecem uma gama de opções em direção ao futuro. No conjunto das atividades econômicas realizadas em áreas metropolitanas, a pequena agricultura urbana e periurbana estão entre um dos possíveis *usos do território* a se configurar em alternativa de política social aos agricultores familiares.

Em anos recentes, se multiplica as experiências com pequena agricultura familiar na Grande São Paulo. Há trabalhos de agricultura familiar urbana bem sucedida nos municípios de Diadema e Embu das Artes, só para citar alguns exemplos. Aos grupos dessas famílias, beneficiadas por ações locais envolvendo o poder público e organizações da sociedade civil, têm sido possível propiciar a geração de renda a partir da agricultura urbana. Além disso, segundo relato dos próprios agricultores, essas prática têm resgatado a auto-estima dos indivíduos, e incentivado vivências de cooperação entre membros da família e comunidades.

Deste modo, conforme a opção de método geográfico enfocado neste artigo, o estudo das AUP implica a análise de *situações* ou contextos locais. Deve-se aproximar a investigação para cada situação particular o que, neste caso, se refere tanto a escala dos limites dos municípios, quanto à escala que abrange as regiões metropolitanas. Em cada situação se devem buscar as variáveis explicativas que permitem traçar o cenário atual e as perspectivas futuras da AUP. A realidade da agricultura municipal em regiões densamente urbanizadas só será bem compreendida se vista a partir de sua integração ao conjunto a qual faz parte, isto é, em relação à totalidade maior que são as regiões metropolitanas.

Cabe ao poder público garantir tanto o levantamento detalhado e a disponibilização de informações e dados estatísticos que retratem essa realidade em constante movimento. Para isto, torna-se imprescindível o aperfeiçoamento dos indicadores sociais e metodologias para coleta desses dados. Ao mesmo tempo, deve-se considerar a construção democrática de ações políticas para a gestão do território que favoreça um maior número de pessoas, mas, principalmente, os segmentos sociais historicamente mais excluídos.

Considerasse que a pequena agricultura familiar metropolitana oferece grandes oportunidades, não somente como geradora de emprego e renda, mas, essencialmente como fonte de valorização dos diversos tipos de trabalho. Ao mesmo tempo, quando associada à agroecologia, há a possibilidade de resgatar a auto-estima e despertar a





consciência de agricultores em relação a importância de seu trabalho para a saúde e a qualidade de vida de um grande número de pessoas.

Assim, homens e mulheres moradores das periferias das regiões metropolitanas, em áreas rurais e urbanizadas, os quais têm praticado ou tem potencial para desenvolver a pequena agricultura familiar, deveriam ser um dos principais alvos quando da elaboração de ações territoriais governamentais em suas diferentes escalas de poder. Essas orientações para usos do território socialmente mais justos devem ter em conta o espaço banal, isto é, uma definição de espaço geográfico que considere a todos, independente de gênero, classe social, faixa etária, segmento produtivo, etc. Despertar o interesse e valorizar essa outra AUP pode ser um vetor de transformação social nas metrópoles tendo por pilar a construção participativa, democrática e igualitária de diferentes segmentos da sociedade combinadas com ações de caráter ambiental.

Por último, cabe ressaltar que as considerações assinaladas neste artigo estão longe de serem conclusivas. Trata-se de uma reflexão inicial que parte da perspectiva da Geografia para análise da sociedade. A teoria de Milton Santos proveu o fio condutor para estimular o diálogo com profissionais e pesquisadores de outros ramos do saber que compartilhem de inquietações semelhantes: a de compreender e explicar a atual dinâmica sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo. Com isto, esperasse colaborar para que, dentre os possíveis *usos do território* nesta porção do país, haja lugar para o fortalecimento da pequena agricultura familiar urbana e periurbana e que esta esteja imbuída pelos princípios da agroecologia e economia solidária.

LITERATURA CITADA

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988**. Brasília, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm (acesso em 14 de abril de 2011)

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CARVALHO, Y. M. C. *O rural na política de desenvolvimento local no Estado de São Paulo, no rastro da Rio 92*. São Paulo: **Revista Informações Econômicas**, v. 39, n. 4, abril de 2009.

_____. **Construindo a Rede Paulista de Agroecologia**. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2292>. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

_____. **Construindo solidariedade no movimento orgânico**. FACES do Brasil, maio de 2004. Disponível em http://www.facesdobrasil.org.br/midiateca/doc_details/99-construindo-solidariedade-no-movimento-organico.html. Acesso em 10 de novembro de 2010.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1986. 2ª. ed. (1 ed. 1984). 278 p.



EMPLASA. **Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Metropolitano, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (Emplasa), 2011. Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/index.asp>. Acesso em 14 de abril de 2011.

ELIAS, Denise de Souza. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto**. São Paulo, USP, Depto de Geografia, 1996. tese de doutorado.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/> Acesso em 03 de maio de 2011.

GEORGE, P.; GUGLIEMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. **A Geografia Ativa**. São Paulo: DIFEL, 1975. 4ª. Edição. 355 p.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 2ª. Ed.

MONTEIRO, Ana V. V. M. *Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas*. São Paulo: **Revista Informações Econômicas**, v. 32, n. 6, jun, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. M. ; CARMO, M. S. do. *Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável*. São Paulo: **Revista Informações Econômicas**, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul-dez., 2004.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOGUEIRA, E. A. e. *A questão do espaço: as interfaces da geografia com a economia rural*. São Paulo: **Revista Informações Econômicas**, v. 28, n. 5, maio de 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. São Paulo: **Revista Estudos Avançados**, 15 (43), 2001. 22 p.

_____ **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1997. 128 p.

RAMOS, S. de F. *Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura no semi-árido brasileiro*. In ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs) **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza, BNB, 2006

_____ . **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA)**. São Paulo: USP, Depto de Geografia, 2002. (dissertação de mestrado)

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção**. Identificação e Caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte, junho de 2007. Acesso em 18 de abril de 2011. 89 p. Disponível em <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/panorama%20AUP.pdf>

SANTOS, M. et al. **O papel ativo da geografia um manifesto**. Estudos Territoriais Brasileiros. São Paulo: Laboplan. FFLCH, USP, 2000. 13 p.

SANTOS, M. **O retorno do território**. Apresentação por Maria Adélia Aparecida de Souza. *En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VI, no. 16* . CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: 2005. Acesso em 08 de abril de 2011. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> .

_____ **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996. 308 p.

_____ **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986. p.

_____ **Espaço e Método**. São Paulo: Hucitec, 1985. p.

SÃO PAULO. **Regiões Metropolitanas**. São Paulo: Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Disponível em http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2030&Itemid=187. Acesso em 14 de abril de 2011.

SCUSSEL, M. C. B. *O rural e o urbano na região metropolitana de Porto Alegre: o processo de expansão metropolitana*. In GRANDO, M. Z. ; MIGUEL, L. de A. (orgs.) **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2002. 157 p.

SILVA, Armando Corrêa da. *A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (as Geografias Crítica e Radical em uma perspectiva teórica)*. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, 1984.

SEAB. **Colhendo Sustentabilidade**. Embu das Artes, Sociedade Ecológica Amigos do Embu (SEAB), 2011. Disponível em http://www.seaembu.org/colhendo_1.php. Acesso em 03 de março de 2011.

VEIGA, J. Eli da. **Atualidade da contradição urbano-rural**. In *Análise Territorial da Bahia Rural*, SEI, Série Estudos e Pesquisas, n. 71, Salvador, 2004. Disponível em: [http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/2004 - a atualidade da c.u.r. - \(sei_bahia\).htm](http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/2004 - a atualidade da c.u.r. - (sei_bahia).htm) Acesso em 04 de maio de 2011.

Recebido em 16/05/2011.

Liberado para publicação em 14/06/2011.

